

MEMÓRIA COLETIVA, TRAUMA E SUICÍDIO EM POVOS INDÍGENAS**COLLECTIVE MEMORY, TRAUMA, AND SUICIDE IN INDIGENOUS PEOPLES****MEMORIA COLECTIVA, TRAUMA Y SUICIDIO EN LOS PUEBLOS INDÍGENAS**

10.56238/revgeov17n1-010

Fernanda Settecerze Rodrigues

Mestre em psicologia

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: fernanda.settecerze@gmail.com

Juliana da Silva Sanches Leão

Mestre em psicologia

Instituição: Faculdade Estácio de Sá

E-mail: julianasanchesleao@gmail.com

Luciana Salvador

Mestre em psicologia forense

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: lcnsalvador@gmail.com

Taiza Fernanda Ramalhais

Doutora em ciências

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: ramalhaistf@gmail.com

Maicon da Silva Moreira

Doutor em psicologia

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: maicon_moreira@outlook.com

Hanriéli Carvalho Lago

Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: hanrielilago@gmail.com

Nathan Reis Azarias

Mestre em ensino

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: natanreisazarias@hotmail.com



Kelly Weires Rodrigues S. Avelino

Doutora em Administração

Instituição: Faculdade UNIGUAÇU

E-mail: kellyweires@gmail.com

RESUMO

O suicídio indígena no Brasil constitui um fenômeno complexo, cuja compreensão ultrapassa explicações individualizantes ou biomédicas. Este artigo apresenta uma revisão integrativa que analisa como a memória coletiva do trauma histórico da desterritorialização contribui para a produção do sofrimento indígena contemporâneo. A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS, BVS e BDTD, entre 2020 e 2025. Os resultados indicam que o suicídio indígena está profundamente relacionado às violências coloniais, à ruptura territorial e à fragilização das redes comunitárias. A desterritorialização afeta dimensões espirituais, cosmológicas e identitárias, provocando descontinuidades na vida coletiva e intensificando sentimentos de desamparo entre jovens. A memória coletiva de massacres, expulsões e abandono estatal, quando não elaborada, transforma-se em trauma histórico, permeando narrativas, afetos e formas de pertencimento. Por outro lado, processos de retomada territorial e reafirmação cultural demonstram potencial para ressignificar memórias traumáticas e fortalecer a resistência comunitária. Conclui-se que políticas de prevenção ao suicídio indígena devem integrar ações de saúde mental com garantia territorial, fortalecimento cultural e reconhecimento da autonomia dos povos indígenas. O presente artigo foi escrito como forma de aprovação para a disciplina de Memória, Identidade e Patrimônio do programa de pós graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Desterritorialização. Memória Coletiva. Trauma-Histórico. Suicídio. Indígenas.**ABSTRACT**

Indigenous suicide in Brazil is a complex phenomenon whose understanding transcends individualistic or biomedical explanations. This article presents an integrative review that analyzes how the collective memory of the historical trauma of deterritorialization contributes to the production of contemporary indigenous suffering. The search was conducted in the SciELO, LILACS, BVS, and BDTD databases between 2020 and 2025. The results indicate that indigenous suicide is deeply related to colonial violence, territorial rupture, and the weakening of community networks. Deterritorialization affects spiritual, cosmological, and identity dimensions, causing discontinuities in collective life and intensifying feelings of helplessness among young people. The collective memory of massacres, expulsions, and state abandonment, when not processed, transforms into historical trauma, permeating narratives, affections, and forms of belonging. On the other hand, processes of territorial reclamation and cultural reaffirmation demonstrate the potential to resignify traumatic memories and strengthen community resistance. It is concluded that policies for preventing indigenous suicide should integrate mental health actions with territorial guarantees, cultural strengthening, and recognition of the autonomy of indigenous peoples. This article was written as a requirement for the Memory, Identity and Heritage course in the postgraduate program at the State University of Western Paraná.

Keywords: Deterritorialization. Collective Memory. Historical Trauma. Suicide. Indigenous Peoples.**RESUMEN**

El suicidio indígena en Brasil es un fenómeno complejo cuya comprensión trasciende las explicaciones individualistas o biomédicas. Este artículo presenta una revisión integrativa que analiza cómo la



memoria colectiva del trauma histórico de la desterritorialización contribuye a la producción del sufrimiento indígena contemporáneo. La búsqueda se realizó en las bases de datos SciELO, LILACS, BVS y BD TD entre 2020 y 2025. Los resultados indican que el suicidio indígena está profundamente relacionado con la violencia colonial, la ruptura territorial y el debilitamiento de las redes comunitarias. La desterritorialización afecta las dimensiones espiritual, cosmológica e identitaria, causando discontinuidades en la vida colectiva e intensificando los sentimientos de impotencia entre los jóvenes. La memoria colectiva de masacres, expulsiones y abandono estatal, cuando no se procesa, se transforma en trauma histórico, permeando narrativas, afectos y formas de pertenencia. Por otro lado, los procesos de recuperación territorial y reafirmación cultural demuestran el potencial para resignificar memorias traumáticas y fortalecer la resistencia comunitaria. Se concluye que las políticas de prevención del suicidio indígena deben integrar las acciones de salud mental con las garantías territoriales, el fortalecimiento cultural y el reconocimiento de la autonomía de los pueblos indígenas. Este artículo se redactó como requisito para el curso de Memoria, Identidad y Patrimonio del programa de posgrado de la Universidad Estatal del Oeste de Paraná.

Palabras clave: Desterritorialización. Memoria Colectiva. Trauma Histórico. Suicidio. Pueblos Indígenas.



1 INTRODUÇÃO

O aumento persistente das taxas de suicídio entre povos indígenas no Brasil, sobretudo entre adolescentes e jovens, tem mobilizado pesquisadores, lideranças comunitárias e profissionais de saúde a repensarem as formas tradicionais de compreender esse fenômeno. Longe de constituir um evento individual isolado ou restrito ao campo da psicopatologia, o suicídio indígena emerge de uma complexa trama histórica e sociopolítica marcada pela continuidade das violências coloniais, pela desterritorialização e pela ruptura das redes comunitárias que tradicionalmente sustentavam a vida coletiva (Weber; Gianolla; Sotero, 2020). Estudos recentes (Baniwa; Calegare, 2024, Aranão *et al.*, 2024; de França Neto, 2025) mostram que as mortes autoinfligidas entre povos indígenas não podem ser explicadas apenas por fatores psicológicos internos, pois refletem experiências compartilhadas de desamparo, silenciamento e negação de direitos, inscritas na memória coletiva e transmitidas entre gerações.

A desterritorialização, entendida como processo histórico de expulsões, confinamentos e destruição dos espaços de vida, constitui elemento central na produção do sofrimento indígena contemporâneo (Morais, 2020). Para muitos povos, a terra não é um bem material, mas o fundamento espiritual, social e cosmológico da existência. Sua perda reiterada desorganiza o tecido comunitário, fragiliza práticas culturais, compromete a transmissão de saberes e desestrutura a identidade (Junior; Silva, 2022). A violência territorial, quando somada ao racismo estrutural, à discriminação cotidiana e às violações institucionais, produz um campo afetivo saturado de insegurança e desesperança, especialmente entre os mais jovens (Weber; Gianolla; Sotero, 2020).

Nesse contexto, a memória coletiva da violência se transforma em lente através da qual as novas gerações interpretam tanto o passado quanto o presente. Memórias de massacres, despejos e abandono estatal não permanecem apenas como relatos do passado, mas são continuamente atualizadas pelas experiências contemporâneas de injustiça (de Barros, 2024). Esse processo pode gerar o que Martín-Baró (1989) denomina trauma histórico, uma forma de sofrimento que ultrapassa indivíduos e se entranha nas estruturas sociais que regulam a vida do grupo. Assim, o suicídio indígena deve ser compreendido como expressão extrema desse trauma acumulado, materializando tensões entre a perda de pertencimento, o esvaziamento identitário e a ausência de perspectivas de futuro (Baniwa; Calegare, 2024).

Diante dessa complexidade, torna-se urgente sintetizar o conhecimento disponível sobre a relação entre memória coletiva, desterritorialização e suicídio indígena. Este artigo apresenta uma revisão integrativa cujo objetivo é compreender como a violência histórica e a fratura do território atravessam subjetividades e produzem formas específicas de sofrimento. Ao articular achados, busca-se oferecer uma visão ampliada do fenômeno, subsidiando o desenvolvimento de políticas públicas e práticas de cuidado culturalmente sensíveis e alinhadas às realidades indígenas.



2 O SUICÍDIO INDÍGENA NA LITERATURA CIENTÍFICA

A literatura científica sobre suicídio indígena no Brasil revela que o fenômeno possui características próprias, distintas das observadas na população não indígena, especialmente por envolver dimensões coletivas, históricas e territoriais que ultrapassam o indivíduo. Estudos epidemiológicos indicam prevalências extremamente elevadas entre povos como os Guarani e Kaiowá, os Ticuna e os povos do Alto Rio Negro, com incidência marcante entre adolescentes e jovens (Souza *et al.*, 2020). Entretanto, abordagens puramente quantitativas não conseguem explicar por que determinadas comunidades acumulam um sofrimento tão profundo. Pesquisas qualitativas nas áreas da antropologia, psicologia social e saúde coletiva apontam que o suicídio indígena emerge em meio a um contexto de violência histórica, racismo institucional e desterritorialização contínua, de modo que sua compreensão exige integrar dimensões estruturais, comunitárias e subjetivas (Baniwa; Calegare, 2024).

É nesse sentido que a literatura recente tem enfatizado a necessidade de deslocar o olhar dos modelos biomédicos tradicionais e situar o suicídio indígena como um fenômeno relacional e histórico, profundamente enraizado em estruturas coloniais que ainda se reproduzem no presente (Faria; Martins, 2023; Maceno *et al.*, 2021). Esse deslocamento teórico-metodológico constitui a base para as discussões deste trabalho.

3 MEMÓRIA COLETIVA, VIOLENCIA E TRAUMA HISTÓRICO

Para compreender o sofrimento psicossocial entre povos indígenas, a noção de **memória coletiva** proposta por Halbwachs (2006) torna-se fundamental. A memória, segundo o autor, não é apenas registro individual, mas construção social compartilhada que molda identidades e orienta interpretações do presente. Quando aplicada às populações indígenas, essa concepção dialoga com a ideia de **memórias subterrâneas** apresentada por Pollak (1989), isto é, lembranças de violência que permanecem silenciadas, mas continuam estruturando o modo como grupos vivenciam o mundo.

Nos estudos sobre suicídio entre Guarani e Kaiowá, observa-se que a memória das expulsões territoriais, massacres, ataques de fazendeiros e violações estatais atravessa gerações e se reativa continuamente frente a novos episódios de violência (Maceno *et al.*, 2021). A oralidade, elemento central nas culturas indígenas, transforma essas lembranças em símbolos compartilhados que dão sentido às experiências contemporâneas. Assim, crianças e jovens crescem não apenas ouvindo narrativas de sofrimento, mas compreendendo-as como parte de um ciclo histórico que permanece vivo.

Martín-Baró (1989) conceitua esse processo como **trauma histórico**, um sofrimento coletivo que não deriva de eventos isolados, mas da repetição de opressões que se tornam parte do cotidiano. Entre povos indígenas, esse trauma se atualiza cada vez que ocorrem despejos, reintegrações de posse,



ameaças de violência armada ou episódios de racismo institucional. A memória coletiva, nesse caso, opera simultaneamente como denúncia da continuidade colonial e como herança afetiva que molda identidades, expectativas e modos de sofrer.

4 DESTERRITORIALIZAÇÃO COMO RUPTURA ONTOLÓGICA E POLÍTICA

A desterritorialização constitui um dos eixos centrais da produção do sofrimento indígena. Autores como Faria e Martins (2023), Abreu (2024) e Massuda *et al.* (2022) mostram que, para diferentes povos, o território não é um bem material, mas fundamento espiritual e cosmológico da existência. É no território que se estabelecem relações com ancestrais, onde se praticam rituais, onde se produz alimento e onde se transmite a memória do povo.

A expulsão violenta desses espaços, seja pela ação de fazendas, pela grilagem ou pelas sucessivas reintegrações de posse, é vivida como ataque à própria possibilidade de existir enquanto povo (Faria; Martins, 2023). Trata-se de uma ruptura ontológica, pois compromete os laços que conectam presente e passado, humanos e não humanos, vivos e mortos (Abreu, 2024).

Além de gerar perdas materiais, a desterritorialização desorganiza redes comunitárias, enfraquece lideranças tradicionais e dificulta a realização de práticas ritualísticas (Cunha, 2009). Jovens que crescem em reservas superlotadas ou acampamentos temporários vivenciam um estado persistente de deslocamento, sentindo-se suspensos entre mundos que não lhes oferecem pertencimento pleno (Brand, 1997). A ruptura territorial, portanto, produz efeitos psicossociais profundos, amplificando sentimentos de desamparo, desvalorização e desesperança.

5 COLONIALIDADE, IDENTIDADE E PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO INDÍGENA

A desterritorialização está intrinsecamente ligada à **colonialidade**, entendida aqui conforme proposto por Quijano (2005) e desenvolvida por Cusicanqui (2015), como um sistema de controle que redefine saberes, corpos e hierarquias sociais muito além do período colonial formal. No caso indígena, a colonialidade se manifesta na deslegitimização das epistemologias tradicionais, no racismo institucional, na criminalização das lutas por terra e na imposição de formas de vida que desqualificam práticas espirituais e cosmológicas próprias desses povos (Faria; Martins, 2024).

Essas dinâmicas produzem o que Cusicanqui (2015) chama de “ferida colonial”, uma marca subjetiva que se expressa em sentimentos de inadequação, vergonha identitária e sensação de que a própria existência é alvo permanente de desconfiança e violência. Jovens indígenas, ao transitarem entre a aldeia e a cidade, vivenciam conflitos sobre pertencimento, pois são pressionados a negar traços de sua cultura ao mesmo tempo em que enfrentam racismo e preconceito (Wittman; Gayo, 2022).

A repetida negação de direitos territoriais, aliada à desvalorização simbólica da identidade indígena, gera um quadro de identidade ferida, caracterizado por baixa autoestima coletiva, bloqueio



das perspectivas de futuro e internalização de discursos opressores. Nesse cenário, o suicídio aparece não como gesto isolado, mas como colapso identitário atravessado por estruturas coloniais (De Ávila *et al.*, 2025).

6 RUPTURA E FRAGILIZAÇÃO DAS REDES DE PROTEÇÃO

A perda territorial e a colonialidade provocam a desagregação das redes de apoio tradicionais, que sempre exerceram papel central na regulação emocional, espiritual e social das comunidades indígenas. Os estudos analisados relatam que práticas rituais vêm sendo suprimidas, lideranças tradicionais perdem espaço para igrejas externas e a entrada de álcool e drogas intensifica conflitos e fragiliza vínculos (Boldo *et al.*, 2022).

Com a desestruturação das redes comunitárias, jovens passam a vivenciar estados prolongados de solidão, abandono e ausência de orientação. Sem rituais que simbolizem a dor e sem espaços coletivos de proteção, o sofrimento circula de maneira desregulada, aumentando a intensidade das crises e reduzindo as possibilidades de elaboração psíquica (El kadri *et al.*, 2021). O suicídio, nesse contexto, emerge como expressão de um laço social rompido, ou seja, um sintoma que denuncia que as redes que sustentavam a vida coletiva foram corroídas.

7 MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão de escopo para coletar e organizar as informações relevantes disponíveis sobre o fenômeno investigado em uma variedade de desenhos de estudo a partir de procedimentos sistematizados de pesquisa. A pergunta que orientou o estudo foi: **como a memória do trauma histórico da desterritorialização contribui para a construção de identidades e experiências de sofrimento que influenciam o suicídio indígena?** Esta revisão adotou as cinco etapas para conduzir um estudo de escopo conforme as recomendações de Arksey e O'Malley (2005): (1) identificação da questão de pesquisa, (2) identificação de estudos relevantes, (3) seleção dos estudos, (4) mapeamento dos dados e, por fim, (5) análise, síntese e relato dos resultados. Para tanto, utilizou-se a extensão PRISMA® para revisões de escopo (PRISMA-ScR).

A busca dos dados foi realizada entre o período de outubro e novembro de 2023, Utilizando as bases de dados Scielo, Lilacs, BVS (Biblioteca virtual em saúde), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), a partir dos seguintes descritores combinados entre si pelo operador *booleano AND*: Trauma histórico, desterritorialização, memória coletiva e suicídio indígena.

Os **critérios de inclusão** privilegiaram artigos, teses e dissertações que abordassem o completamente o tema, publicados entre o período de 2020 a 2025, no idioma português. Foram incluídos também trabalhos que apresentassem análises densas sobre identidade, memória, ancestralidade, violência estrutural e rupturas territoriais, desde que articuladas ao contexto



contemporâneo de sofrimento indígena. Além disso, foram considerados estudos baseados em metodologias qualitativas, como etnografias, relatos orais, narrativas comunitárias e análises discursivas, por possibilitarem acesso privilegiado aos modos indígenas de produzir sentido sobre sofrimento e resistência.

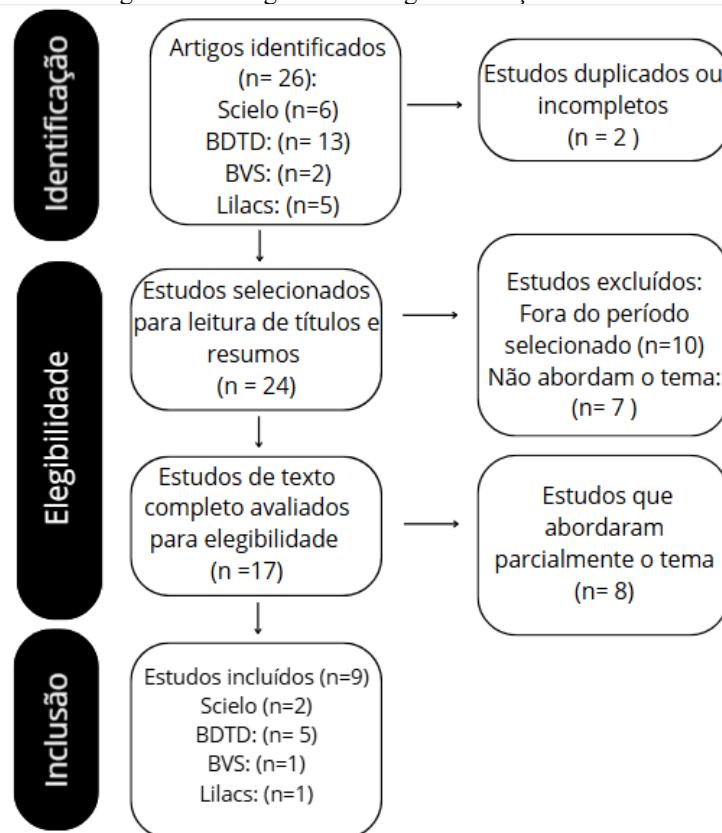
Os **critérios de exclusão** deu-se através de estudos que abragiam tangencialmente o tema. Também foram retiradas produções que abordavam saúde mental indígena exclusivamente sob perspectivas biomédicas, psiquiátricas ou psicanalíticas descontextualizadas, sem articulação com dimensões históricas ou socioterritoriais. Foram ainda excluídos trabalhos publicados em outros idiomas e em outros períodos de tempo.

A partir da combinação dos descritores, foi identificado 26 estudos, entre artigos, teses e dissertações, sendo 2 excluídos por duplicidade. Após a leitura do título, das palavras chaves e dos resumos foi excluído 17 documentos, os quais não se relacionavam ao objetivo definido, não se enquadrando nas datas selecionadas para tal pesquisa. Já os que respondiam os objetivos deste estudo, foram usados para leitura na íntegra, obtendo o total de 17 documentos, após a leitura resultou no quantitativo de 9 para a análise final, obtendo exclusão de documentos falta de conteúdo necessário para responder os objetivos solicitados. A partir disso foi realizado a análise de forma qualitativa, para assim possibilitar a obtenção dos resultados, descrevendo e classificando os dados coletados com intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema solicitado.

A figura 1 apresenta a representação gráfica do que foi realizado nesta etapa.



Figura 1: Fluxograma de triagem e seleção dos estudos



Fonte: Autores.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos documentos selecionados por meio das estratégias de buscas realizadas, o Quadro 1 apresenta o resultado da pesquisa, a partir de uma caracterização dos 11 estudos que contribuíram para a análise dos dados.

Quadro 1: Descrição dos documentos coletados.

Título	Base	Autores (ano)	Objetivo
Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena: Uma revisão de literatura	Scielo	Baniwa; Calegare (2024)	Levantar os fatores explicativos para o suicídio segundo o ponto de vista dos indígenas a respeito desse fenômeno.
“Terra é Vida, Despejo é Morte”: Saúde e Luta Kaiowá e Guarani Terra Vida Morte Morte”	Scielo	Faria; Martins (2023)	Descrever e analisar aspectos da dimensão saúde para os Kaiowá e Guarani a partir de suas próprias narrativas.
Memórias de suicídio Guarani e Kaiowa na Reserva Indígena de Dourados: história oral aplicada	BDTD	Maceno et al. (2021)	Qualificar socialmente o sofrimento elaborado pela memória de expressão oral e, quiçá, projetar um porvir em que o choro de uma comunidade encontre ouvidos inclinados à escuta.
Demarcar a terra com sangue: discurso, memória e resistência indígena	BDTD	Abreu et al.(2024)	Analizar as produções de memória da resistência indígena, em diálogo com os estudos do discursos e práticas descolonizadoras propostos por Silvia Rivera Cusicanqui



Suicídio indígena e drogas nas aldeias em Dourados: problemas e perspectivas.	BDTD	Boldo et al. (2022)	Analizar estudos referentes às causas desse problema, destacando a possível correlação entre o uso de drogas (lícitas e ilícitas) e o suicídio entre os povos indígenas em Mato Grosso do Sul a partir de referências da saúde pública, da sociologia e antropologia.
Memória indígena: artesanato narrativo e tradição oral em Porto Lindo	BDTD	Cárceres et al.(2022)	Analizar a maneira de repasse de conhecimentos específicos tradicionais no contexto de reservados dos Ñandeva de Porto Lindo e a ocorrência de práticas da tradição nos moldes da oralidade.
Os Movimentos de retomada de territórios Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul: Teko Joja e a força normativa da Constituição Federal de 1988	BDTD	Massuda et. al (2022)	Analizar as violações dos direitos dos povos indígena, verificando o provável enquadramento dos fatos à situação de inconstitucionalidade máxima.
Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática	BVS	Souza et al. (2020)	Descrever a frequência, as características e os fatores que contribuem para o suicídio em povos indígenas brasileiros.
Violência Colonial e Efeitos Psicossociais: Diálogo entre Experiências Kaiowá e Guarani e Escritos de Martín-Baró	Lilacs	Faria; Martins (2024)	Analizar as narrativas de violência denunciadas por estes povos para tecer análises de seus efeitos psicossociais a partir das contribuições de Ignacio Martín-Baró.

Fonte: Autores.

A partir dos estudos incluídos, a análise foi dividida em categorias para facilitar

8.1 MEMÓRIA COLETIVA DA VIOLÊNCIA E O TRAUMA HISTÓRICO

A memória coletiva que atravessa as comunidades indígenas não se configura apenas como registro do passado, mas como **estrutura viva** que organiza o presente e projeta o futuro. Nos estudos sobre memórias de suicídio entre os Guarani e Kaiowá, observa-se que as narrativas de violência, como massacres, expulsões de território, perseguições por forças policiais e ataques de fazendeiros, são transmitidas de geração em geração como lembranças que continuam ativas na experiência contemporânea (Maceno *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2020). Essas memórias não são evocadas de modo neutro, mas elas compõem o pano de fundo político, emocional e cosmológico que conforma o modo como as comunidades percebem a si mesmas e ao mundo ao redor.

A oralidade desempenha papel essencial nesse processo ao transformar lembranças traumáticas em **símbolos compartilhados**, que fazem com que as crianças cresçam entendendo que a violência não é um incidente, mas sim algo estrutural, recorrente e historicamente dirigida contra seus povos (Maceno *et al.*, 2021; Cárceres *et al.*, 2022; Faria; Martins, 2024). Esse mecanismo de transmissão intergeracional configura aquilo que Martín-Baró (1989) conceituou como *trauma histórico*, marcado



não pela lembrança de um evento isolado, mas pela repetição contínua de opressões que se tornam parte da vida cotidiana (Faria; Martins, 2024).

Quando novas violências desse tipo ocorrem, elas reativam as memórias antigas, reforçando a sensação de que o sofrimento indígena é parte de um destino imposto, não escolhido. Por isso, o suicídio não aparece como ato desvinculado, mas como expressão de um sofrimento historicamente acumulado, inscrito na subjetividade e na coletividade. Nesse sentido, a memória opera simultaneamente como denúncia da continuidade colonial e como elemento que, quando não encontra espaço de elaboração comunitária, aprofunda sentimentos de impotência, desesperança e desvalorização da vida indígena (Maceno *et al.*, 2021; Cárceres *et al.*, 2022; Faria; Martins, 2024).

8.2 DESTERRITORIALIZAÇÃO

Nos artigos que tratam dos despejos e confinamentos territoriais, a desterritorialização é apresentada não apenas como perda material, mas como **desintegração ontológica**, atingindo os fundamentos da existência indígena (Faria; Martins, 2023). O território para os indígenas é o lugar onde se estabelece a relação entre vivos, ancestrais e seres espirituais, constituindo o espaço de vida e de sentido. A expulsão desse espaço, seja pela destruição de casas, de roças ou pela dispersão forçada das famílias, é interpretada como ataque direto à continuidade da linhagem e à ordem cosmológica (Faria; Martins, 2023; Massuda *et al.*, 2022).

A perda territorial produz efeitos imediatos, pois desorganiza redes de solidariedade, enfraquece lideranças tradicionais e dificulta a transmissão de saberes ancestrais. Jovens que crescem em reservas superlotadas ou acampamentos temporários vivenciam uma ruptura profunda com os rituais, práticas e relações que constituem sua identidade indígena (Massuda *et al.*, 2022). É nesse cenário, marcado pela ausência de reconhecimento tanto interno quanto externo, que se intensificam sentimentos de desorientação, vulnerabilidade e perda de sentido.

Além disso, a desterritorialização produz **descontinuidades na memória**, já que muitos rituais e narrativas dependem do território para existir. Sem o espaço sagrado, fragmenta-se o tecido que sustenta a vida coletiva, e as experiências de injustiça territorial são continuamente atualizadas como confirmações de que o Estado e a sociedade envolvente não reconhecem o direito indígena à existência (Faria; Martins, 2023; Massuda *et al.*, 2022). Nesses contextos, o suicídio se torna compreensível como expressão extrema de uma vida que perdeu seus fundamentos simbólicos e espirituais.

8.3 IDENTIDADE E EFEITOS PSICOSSOCIAIS

Os estudos analisados evidenciam que os efeitos psicossociais da colonialidade continuam estruturando o sofrimento das populações indígenas, especialmente dos jovens (Abreu *et al.*, 2024). Discursos que associam os indígenas à preguiça, atraso, improdutividade ou desordem moral são



reproduzidos por agentes estatais, fazendeiros e meios de comunicação, formando um imaginário social racista que desqualifica o indígena como sujeito pleno (Abreu *et al.*, 2024; Faria; Martins, 2024). Quando internalizados, esses discursos geram vergonha identitária, conflitos sobre a própria pertença e sentimentos de inadequação.

A colonialidade se expressa também na negação constante dos direitos territoriais, no desrespeito às lideranças tradicionais e na invalidação das práticas espirituais e culturais. Esses processos, ao se repetirem ao longo das gerações, compõem um quadro de **identidade ferida**, que se manifesta em baixa autoestima coletiva, desesperança e percepção de futuro bloqueado (Faria; Martins, 2024). Jovens relatam sentir-se deslocados tanto na escola quanto na comunidade, sem referências sólidas que lhes deem suporte para construir projetos de vida (Abreu *et al.*, 2024).

O trauma histórico se reatualiza cada vez que um novo conflito territorial surge, cada vez que o Estado falha em proteger os direitos já reconhecidos, ou cada vez que um indígena é tratado com desconfiança, desrespeito ou violência (Abreu *et al.*, 2024). Nesse contexto, o suicídio pode ser entendido não apenas como resposta individual, mas como colapso identitário coletivo, ou seja, o momento em que o sujeito já não encontra possibilidade de se reconhecer positivamente na própria história (Abreu *et al.*, 2024; Faria; Martins, 2024).

8.4 SENTIDOS COMUNITÁRIOS ATRIBUÍDOS AO SUICÍDIO INDÍGENA

Os estudos sobre suicídio nas comunidades do Alto Rio Negro e entre os Guarani e Kaiowá mostram que o suicídio é interpretado como **ato profundamente relacional**, e não individualista (Maceno *et al.*, 2021; 20; Souza *et al.*, 2020). Em muitas narrativas, o suicídio aparece associado a conflitos familiares, desonra, humilhações ou rompimentos afetivos, mas sempre integrado a um contexto mais amplo de sofrimento coletivo, marcado por racismo, injustiça e desestruturação comunitária (Baniwa; Calegare, 2024 ; Maceno *et al.*, 2021).

A leitura indígena do suicídio inclui tanto dimensões emocionais quanto espirituais. Para alguns povos, ele pode ser entendido como gesto que comunica uma dor impossível de verbalizar, ou como tentativa de escapar de um estado de sofrimento percebido como inescapável (Maceno *et al.*, 2021). Os relatos indicam que o ato é inserido em um sistema de significados que ultrapassa o indivíduo, afetando toda a aldeia e reorganizando vínculos, normas e expectativas (Baniwa; Calegare, 2024).

As narrativas Guarani e Kaiowá sobre suicídios passados indicam que o ato é interpretado à luz da história de violência estatal e de perda territorial, reforçando que não se trata de fenômeno psicopatológico isolado, mas de expressão de um sofrimento que é simultaneamente pessoal, familiar e coletivo (Maceno *et al.*, 2021; 20; Faria; Martins, 2024; Souza *et al.*, 2020). Assim, compreender o suicídio indígena exige olhar para a trama simbólica e social na qual ele se inscreve, reconhecendo que sua lógica não é individualista, mas comunitária.



8.5 RUPTURA DO TECIDO COMUNITÁRIO E FRAGILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS

A perda territorial e as dinâmicas de violência colonial têm provocado o rompimento das redes tradicionais de apoio emocional, espiritual e social. Os artigos analisados descrevem ambientes em que lideranças espirituais perdem espaço para igrejas externas, onde práticas rituais deixam de ser realizadas, e onde álcool e drogas, advindos de dora das aldeias, tornam-se elementos que desorganizam ainda mais o cotidiano comunitário (Faria; Martins, 2023; Boldo *et al.*, 2022; Massuda *et al.*, 2022).

A comunidade, que historicamente funcionava como espaço de proteção, cuidado e mediação de conflitos, passa a operar com menos coesão. Jovens relatam sensação de solidão, abandono e falta de orientação dos mais velhos (Baniwa; Calegare, 2024; Maceno *et al.*, 2021). A ausência ou enfraquecimento dos rituais, que antes regulavam emoções, conflitos e transições, acentua o sofrimento, pois impede que a dor seja simbolizada e integrada ao coletivo.

Nessas condições, o suicídio torna-se expressão de um **laço social rompido**, e não de uma patologia individual. Quando a coesão comunitária se fragiliza, as possibilidades de cuidado diminuem, e o sofrimento circula sem contenção, aumentando sua intensidade e profundidade. Os estudos reforçam que o fortalecimento das redes comunitárias é essencial para qualquer política de prevenção eficaz (Faria; Martins, 2023; Maceno *et al.*, 2021; Massuda *et al.*, 2022).

8.6 RESISTÊNCIA, RETERRITORIALIZAÇÃO E MEMÓRIA

Apesar da intensidade do sofrimento descrito, os artigos mostram também que as comunidades indígenas produzem formas potentes de resistência, reorganizando memórias traumáticas e reconstruindo identidades feridas. As retomadas territoriais, por exemplo, são descritas como momentos de força simbólica e emocional, nos quais rituais são reativados, lideranças fortalecidas e jovens incorporados como protagonistas da luta (Massuda *et al.*, 2022; Faria; Martins, 2024).

Nesses contextos, a memória traumática se transforma em memória de resistência, em que aquilo que antes era vivido como peso passa a ser fonte de dignidade, coesão e sentido (Abreu *et al.*, 2024). A reterritorialização, tanto material quanto simbólica, funciona como processo terapêutico que devolve à comunidade a capacidade de reconstruir futuro, reorganizar vínculos e reafirmar sua existência enquanto povo (Faria; Martins, 2024).

Essa perspectiva sugere que políticas de prevenção ao suicídio indígena devem incluir ações que valorizem a cultura, fortaleçam o território, promovam autonomia e criem condições para que a memória seja trabalhada de forma afirmativa, e não apenas dolorosa. Quando jovens se reconhecem como parte de um povo que luta, cria e resiste, a própria percepção sobre a vida se transforma, abrindo espaço para novos horizontes de sentido (Abreu *et al.*, 2024; Massuda *et al.*, 2022; Faria; Martins, 2024).



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada dos estudos revela que o suicídio indígena não pode ser compreendido isoladamente de seu contexto histórico, territorial e identitário. A desterritorialização, sustentada por políticas coloniais que atravessam séculos e continuam a se atualizar em despejos contemporâneos, confinamento e violências institucionais, emerge como eixo estruturante do sofrimento indígena. A memória coletiva dessas violências, transmitida intergeracionalmente, produz um campo afetivo denso, no qual a experiência cotidiana é vivida à luz da repetição histórica da injustiça. Essa memória não é mero registro do passado, mas elemento ativo na construção da identidade indígena, especialmente entre os jovens, que crescem entre lembranças de expulsões e a vivência presente da vulnerabilidade territorial, social e existencial.

A ruptura das práticas tradicionais, a fragilização dos vínculos comunitários e a perda de referências identitárias agravam esse cenário, transformando o suicídio em sintoma coletivo de um trauma que não encontrou reparação nem condições de elaboração social. No entanto, esta revisão também mostra que a mesma memória que aprisiona indígenas em narrativas de dor, pode tornar-se força de resistência quando articulada a processos de reterritorialização, reafirmação cultural e luta política. Dessa forma, estratégias de prevenção ao suicídio indígena só serão efetivas se articularem políticas de saúde mental com políticas territoriais, reconhecimento de direitos e fortalecimento da autonomia cultural dos povos.

Apesar da riqueza dos estudos analisados, a literatura ainda apresenta lacunas importantes. Há predominância de pesquisas focadas em alguns povos específicos, como os Guarani e Kaiowá, o que restringe a compreensão da diversidade das experiências indígenas no Brasil (20, Souza *et al.*, 2020). Muitos estudos ainda tratam o suicídio de forma descritiva ou biomédica, sem integrar dimensões históricas, espirituais e territoriais, o que resulta em análises reducionistas. Outro limite evidente é a escassez de pesquisas conduzidas por autores indígenas ou em parceria efetiva com comunidades, o que empobrece a interpretação dos sentidos comunitários da dor e da resistência. Além disso, grande parte das produções utiliza métodos qualitativos com amostras reduzidas, muitas vezes dependentes de relatos de lideranças, sem incluir jovens, mulheres ou pessoas de diferentes posições sociais dentro das aldeias, deixando de captar nuances essenciais da experiência contemporânea. Finalmente, há pouquíssima articulação entre estudos epidemiológicos e pesquisas sobre memória e território, o que fragmenta a compreensão do fenômeno e impede a construção de modelos explicativos integrados.

Pesquisas futuras devem ampliar o escopo territorial e étnico, contemplando povos pouco estudados e regiões onde o suicídio indígena tem crescido silenciosamente. Há necessidade urgente de estudos que integrem abordagens multidisciplinares, combinando antropologia, psicologia social, estudos decoloniais e principalmente epistemologias indígenas, de modo a construir compreensões mais robustas e culturalmente enraizadas. Estudos que investiguem diretamente os efeitos



psicossociais da reterritorialização, das retomadas e das práticas de fortalecimento identitário são especialmente necessários, pois podem oferecer evidências concretas sobre os impactos positivos dessas ações na saúde mental. Além disso, seria relevante explorar como jovens indígenas reinterpretam a memória do trauma e a articulam com novas formas de pertencimento, seja dentro das aldeias, seja nos contextos urbanos. Investigações que incluam gênero, infância, espiritualidade e redes de cuidado também se mostram essenciais para aprofundar a compreensão dos múltiplos caminhos que levam ao suicídio, e, sobretudo, dos caminhos possíveis de vida.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Tiago Eric de et al. Demarcar a terra com sangue: discurso, memória e resistência indígena. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Uberlândia. 2024.
- ARANÃO, Giulia Deziró et al. Sofrimento Mental nos povos indígenas: uma revisão integrativa da literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 11, p. 342-369, 2024.
- ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, vol. 8, n 1, p. 19-32. 2005
- BANIWA, Geana; CALEGARE, Marcelo. Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena: uma revisão de literatura. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 41, p. e230084, 2024.
- BOLDO, Camile Beatriz Sada et al. Suicídio indígena e drogas nas aldeias em Dourados: problemas e perspectivas. Universidade Federal da Grande Dourados. 2022.
- BRAND, Antonio Jacó. O impacto da perda territorial nas comunidades Kaiowá e Guarani. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil*. MEC/Unesco, 1997.
- CÁCERES, Natanael Vilharva et al. Memória indígena: artesanato narrativo e tradição oral em Porto Lindo. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. 2022.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: n-1 Edições, 2015.
- DE ÁVILA, Heleni Duarte Dantas et al. *Política social, territórios e estado: Reflexões contemporâneas*. Editora CRV, 2025.
- DE BARROS, Mariana Carneiro. Políticas de perigo: o paradoxo entre lembrança e esquecimento e a literatura testemunhal como política da memória do clandestino. *Revista Tapuia*, v. 2, n. 4, 2024.
- DE FRANÇA NETO, João Irineu. Entre os riscos de suicídio de indígenas Potiguara e os rabiscos emergentes da psicologia indígena. Editora Dialética, 2025.
- EL KADRI, Michele Rocha et al. *Bem viver: saúde mental indígena*. Editora Rede Unida. 2021.
- FARIA, Lucas Luis de; MARTINS, Catia Paranhos. “Terra é Vida, Despejo é Morte”: Saúde e Luta Kaiowá e Guarani. *Psicologia: Ciência E Profissão*, v. 43, p. e245337, 2023.
- FARIA, Lucas Luis; MARTINS, Catia Paranhos. Violência Colonial e Efeitos Psicossociais: Diálogo entre Experiências Kaiowá e Guarani e Escritos de Martín-Baró. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 24, 2024.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006
- JUNIOR, Jair Costa; SILVA, Cássia Cristina. Cosmologia e kilombos: território ancestral e a retomada originária. *SAPIENS-Revista de Divulgação Científica*, v. 4, n. 2, p. 24-54, 2022.
- MACENO, Lucas Sales et al. Memórias de suicídio Guarani e Kaiowa na Reserva Indígena de Dourados: história oral aplicada. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. 2021.



MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El trauma psicosocial en El Salvador. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicología social de la guerra: trauma y terapia. San Salvador: UCA Editores, 1989. p. 75–102.

MASSUDA, Kelly Cristina Alves et al. Os Movimentos de retomada de territórios Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul: Teko Joja e a força normativa da Constituição Federal de 1988. In: Lutas por direitos socioambientais no Mato Grosso do Sul. Thaisa Eld; Tiago Botelho (Orgs). Editora Liber Ars. 2022.

MORAIS, Bruno Martins. Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte. Editora Elefante, 2020.

POLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SOUZA, Ronaldo Santhiago Bonfim de et al. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 44, p. e58, 2020.

WEBER, Izabel; GIANOLLA, Cristiano; SOTERO, Luciana. Suicídio e violência estrutural. Revisão sistemática de uma correlação marcada pelo colonialismo. Sociedade e Estado, v. 35, p. 189-228, 2020.

WITTMANN, Luisa Tombini; GAYO, Clarice Ehmke. "Quero e vou continuar sendo índia aqui, lá ou acolá": Ensino de história indígena através de narrativas de mulheres Laklânõ-Xokleng que vivem em cidades. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 16, n. 31, p. 189-213, 2022.

